

A CRÍTICA DO POPULISMO – ELEMENTOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO

Lívia C. A. Cotrim

O período da história brasileira que se abriu em torno de 1930, e a cujo encerramento estamos assistindo - o período da constituição do capitalismo industrial -, vem sendo objeto de debate por parte de diferentes tendências analíticas. Entre elas, tendeu a predominar, a partir da década de 70, um arcabouço teórico que tem nas teorias do populismo, do autoritarismo, da dependência e da marginalidade o seu núcleo central, em que pesem as diferenças presentes entre os autores que as adotam, parcial ou integralmente.

Entretanto, desde fins da década de 70, e vinculada à sua descoberta da particularidade da objetivação do capitalismo brasileiro, que denominou de *via colonial*, J. Chasin vem alertando para a inconsistência dessas teorizações e a necessidade de as submeter a uma análise crítica. Em artigo de 1989¹, cujo escopo central é a análise do processo eleitoral então em curso, explicita mais amplamente as debilidades centrais dessas concepções, bem como seu peso político atual. Por caminhos e a partir de fundamentos teóricos distintos, também na década de 80 Rubem Barbosa Filho² dedicou-se à crítica da teoria do populismo, abordando igualmente, por suas ligações intrínsecas com esta, o conceito de totalitarismo.

Tais esforços, no entanto, ainda não alcançaram nem a difusão, nem a influência devida. Visando a contribuir para esse debate, propomo-nos aqui a indicar, sinteticamente, os elementos principais da análise de ambos a propósito da teoria do populismo.

¹ J. CHASIN, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, in *Ensaio* nº 17/18, SP, Ensaio, 1989. Ver também, do mesmo autor, “Sobre o Conceito de Totalitarismo”, in *Temas de Ciências Humanas* nº 1, SP, Ciências Humanas, 1978. Sobre a *via colonial* de objetivação do capitalismo brasileiro, ver *A Miséria Brasileira*, SP, Ad Hominem, 2000 (no prelo), coletânea dos artigos em que Chasin, desde finais da década de 70, vem analisando a história recente do país.

² R. BARBOSA FILHO, *Populismo - Uma Revisão Crítica*, tese de doutoramento, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, mimeo.

Nesse sentido, buscaremos esboçar, ainda que brevemente, as fontes ou origens teórico-ideológicas daqueles conceitos (tratadas amplamente por Barbosa e, em menor extensão, por Chasin), bem como as determinações sociais que permitiram sua aceitação e enraizamento no interior das esquerdas brasileiras (esforço desenvolvido por J. Chasin).

Barbosa³ recua às origens da teoria da sociedade de massas na Europa da primeira metade do século, momento em que o pensamento liberal se vê às voltas com duas formas distintas de negação da liberal-democracia: a ascensão do nazi-fascismo e a Revolução Russa. A necessidade de dar conta de ambos e, ao mesmo tempo, defender a democracia liberal determina a elaboração da teoria da sociedade de massas. Seu ponto de partida, que condiciona todo o desenvolvimento posterior, é, pois, o universo teórico liberal, ou o universo teórico do capital. Tratava-se de estabelecer as bases para a crítica e rejeição tanto do nazi-fascismo quanto do socialismo, garantindo a superioridade da democracia liberal. O passo inicial nessa direção é o seccionamento e hiperacentuação da esfera política, único modo de identificar nazi-fascismo com socialismo, atribuindo a ambos a mesma negatividade, e os desvincular da democracia liberal, tomada esta como expressão da sociedade moderna. A esfera do “social” comparece também desligada das determinações econômicas e relacionada apenas ao “político”, como esfera cuja forma de organização, ou falta dela, gera as formas políticas. Veremos em seguida que esse “social”, coerentemente com o pensamento liberal, se compõe de indivíduos isolados que, organizados ou não, mantêm essa condição fundante.

Barbosa demonstra que, na teoria da sociedade de massas, a liberal-democracia é posta “como o destino desejável de toda sociedade e, teoricamente, como a referência capaz de iluminar outras formas de organização da sociedade. Transforma-se num tipo ideal no mínimo curioso: além de formal,

³. Barbosa Filho, Rubem, *Populismo - Uma Revisão Crítica*, tese de doutoramento, Universidade Federal de Juiz de Fora, mimeo.

normativo”, que se transfigura num “dever ser”, de sorte que “vicia a realidade, adequando-a aos seus termos. Esse tipo ideal /.../ é o pressuposto da teoria da sociedade de massas”, e sua corrupção resulta nos populismos ou totalitarismos, também tipos ideais. “A especificidade de outras formas torna-se uma questão de grau de aproximação ou distanciamento da liberal-democracia.”⁴

Tanto os movimentos e sociedades nazi-fascistas quanto socialistas são considerados por aquela concepção como movimentos ou sociedades de massas, de cunho totalitário - definido o totalitarismo justamente como a negação da liberal-democracia. A partir dessa matriz, o populismo será caracterizado também como movimento ou sociedade de massas, nesse caso como forma incompleta ou em decadência da liberal-democracia.

O modelo da liberal-democracia tomado como ponto de partida assenta-se na afirmação de que a manutenção da liberdade individual e do pacto social que sustenta a sociedade implica na existência de uma multiplicidade de grupos intermediários, centrados em interesses diversos, independentes do estado, os quais protegem as elites de uma pressão indiscriminada das massas, e a estas das elites, além de servirem de canais de comunicação entre ambas. A garantia da existência de elites democráticas é a competição das elites pelo poder, que garantiria o funcionamento dos canais de comunicação entre elites e não elites e a influência destas sobre aquelas. O estado é visto como resultado de um pacto social intergrupar, e simultaneamente como garantia externa para sua manutenção⁵.

O embate de interesses sustentados por grupos diferentes produziria as transformações sociais, ou a dinâmica social; mas, o conflito deve ser moderado. Na medida em que os grupos se vejam como iguais, e as elites possibilitem a realização dos interesses grupais, os indivíduos e os grupos tenderão a aceitar e defender esta forma de organização social, cuja legitimidade

⁴. *Ib.*, p. 4.

⁵. *Ib.*, pp. 4 a 7.

estaria, portanto, garantida.

Suposta a permanência relativa de sua estrutura fundamental, acompanhada de modificações contínuas, embora lentas, tal sistema teria alto grau de estabilidade. Desse modo, estabelece-se uma associação entre democracia e ausência de rupturas sociais e políticas. Supõe-se também uma distribuição relativamente equitativa da riqueza nacional, de sorte a associar democracia e países capitalistas desenvolvidos, nos quais haveria aquele nível de distribuição de renda⁶.

“Estes são os termos gerais a partir dos quais será definida a estrutura da sociedade de massas e do totalitarismo. /.../ este modelo se torna o pressuposto da análise, transformado em tipo ideal hipostasiado em realidade.”⁷

A sociedade de massas é aquela em que a generalidade (o estado) e a particularidade (o indivíduo) não se encontram mediadas pelo sistema de grupos intermediários, estabelecendo-se relações diretas entre as elites e os indivíduos componentes das massas; sua qualidade é dada pela ausência de elementos do modelo mais perfeito, vale dizer a carência do “social” (os grupos intermediários) que medeia entre o “indivíduo” e o “político”.

A teoria da sociedade de massas anula a classe como personagem política. A tipologia da ação social weberiana é transformada em psicologia da ação individual, e esta é reduzida a seu significado aparente, de modo que a ação da massa nasce de uma psicologia individual, nunca de uma ação da classe em busca de poder; não há nada de objetivo, apenas o formal e o nominal a partir da ação individual.

Também é utilizada a tipologia weberiana da dominação, eliminando-se a questão do interesse e do projeto de dominação. O poder passa a ser definido estritamente pela legitimidade. A dominação pode ser tradicional, carismática ou racional-legal. A sociedade liberal-democrática é associada à dominação

⁶. *Ib.*, pp. 8 a 10.

⁷. *Ib.*, p. 10.

racional-legal, a sociedade de massas populista à dominação carismática, e a sociedade de massas totalitária à ação de fins absolutos. Não se tratando da natureza, mas exclusivamente da forma do poder, o tipo ideal se torna meio para fetichizar determinados modelos.

Como a democracia é tomada como um sistema a-histórico de normas abstratas e gerais, sua corrupção também é a-histórica. Os modelos corruptos seriam patológicos, por imperfeitos, e o modelo liberal-democrático seria normal. A corrupção ou ausência da liberal-democracia resulta no desenvolvimento da sociedade de massas e do totalitarismo.

A construção e o sentido do conceito de totalitarismo foram analisados tanto por Barbosa quanto por Chasin⁸. Este principia por uma constatação, de que Barbosa também parte em seu estudo: a de que “a noção de totalitarismo nada mais reflete do que o liberalismo com sinal trocado”⁹, bem como de que os pressupostos desta noção “implicam em considerar o estado liberal como uma sorte de fim da história, portanto, racionalmente insuperável, eterno como valor prático e teórico. Desse modo, a definição de totalitarismo por oposição a liberalismo não é casual, mas resultado de uma comparação com um modelo paradigmático”¹⁰.

Os termos da comparação são dados pelo paradigma liberal: na democracia, haveria a supremacia da lei, da razão e do indivíduo, garantidas pela diluição do poder entre os diversos grupos que o disputam e partilham entre si, evitando, desse modo, a dominação. No totalitarismo, ao contrário, haveria o domínio da violência e do estado sobre o indivíduo, que é anulado, e o poder é monopolizado por um partido único.

O fundamento dessa contraposição entre democracia e totalitarismo é o estabelecimento, pela análise liberal, de uma oposição entre estado e indivíduo,

⁸. Chasin, J., “Sobre o Conceito de Totalitarismo”, in *Temas de Ciências Humanas*, nº 1, SP, Ciências Humanas, 1977.

⁹. *Ib.*, p. 123.

¹⁰. *Ib.*, p. 123.

de modo que a questão do estado se resume à legalidade, “ficando excluída qualquer consideração relativa à problemática das classes e de sua hegemonia. /.../ O que leva a esta alquimia é justamente o procedimento próprio à análise liberal: o emprego de universais abstratos como único recurso do movimento de apreensão científica. Donde, em lugar de reproduzir conceitualmente o concreto, evidenciando em cada caso a particularidade decisiva, somos conduzidos, por aquela análise, a nos defrontar com a razão em geral, a liberdade em geral, o cidadão em geral, o estado em geral, a violência em geral, etc., etc. /.../ Com esta generalização, que é ao mesmo tempo um reducionismo, pois limita as questões à esfera política, o uso do conceito de totalitarismo permite misturar e confundir Hitler com Stalin e, se não bastasse, também fenômenos do tipo Vargas ou Peron”¹¹.

A utilização da noção de totalitarismo leva a explicar o “político pelo político, o político por ele mesmo. É pressupô-lo, portanto, independente, autônomo da sociedade civil. /.../ Em síntese, usar o conceito de totalitarismo é ‘explicar’ manifestações particulares determinadas por traços superestruturais genéricos. É ‘explicar’ o particular concreto pelo universal abstrato. É pôr-se na perspectiva epistemológica liberal”¹². A crítica de Chasin a esse conceito prossegue esclarecendo que a maneira pela qual é construído o torna um modelo: “ele é ao mesmo tempo *conceito típico* e noção *obtida por saturação empírica*. /.../ Há de se notar que enquanto conceito típico, enquanto coágulo significativo, ele resume aquilo que anteriormente já nos esforçamos por mostrar, isto é, um conceito determinado por definições negativas dos valores que compõem a concepção liberal de poder; e enquanto descrição empírica é um esquema de invariância resultante exatamente da aglutinação dos traços fenomênicos que ilustram o primeiro. O que evidentemente não é uma coincidência, mas uma relação de subordinação”¹³.

¹¹. *Ib.*, pp. 124, 125, 126.

¹². *Ib.*, pp. 127-128.

¹³. *Ib.*, p. 131.

Os traços assim agrupados e generalizados, extraídos exclusivamente da esfera política, excluem outros, não coincidentemente aqueles que evidenciariam as diferenças entre as formações sociais tratadas, inviabilizando sua subsunção a um mesmo conceito, já que tornaria irrelevante sua semelhança fenomênica. O modo de sua construção indica sua ambivalência: “De um lado ele é ‘explicação’, de outro, molde para a captação de dados empíricos; bifrontismo que é próprio da idéia de modelo. É, pois, modelo o conceito de totalitarismo, e não noção formal, pois não é esquema vazio, mas arcabouço de conteúdos privilegiados: uma parte da aparência do concreto, à qual é conferida a qualidade de essência”¹⁴.

Aparentando oferecer uma ferramenta neutra de investigação, que supostamente seria capaz de apanhar as diferentes existências concretas, de fato só permite a apreensão daqueles elementos a partir dos quais foi elaborada, impossibilitando a compreensão da diversidade; de sorte que cumpre muito bem o objetivo para o qual foi formulado: “explicar” o nazi-fascismo e o comunismo como expressões semelhantes de corrupção da liberal-democracia, suposta a forma mais racional, o fim da história.

É a partir da contraposição entre os modelos da liberal-democracia e de totalitarismo - a positividade máxima e a negatividade máxima - que serão desenvolvidos os conceitos de populismo e de autoritarismo, como formas intermediárias entre aqueles dois pólos.

Rubem Barbosa indica os três elementos que definem uma sociedade de massas, para a teoria que vimos resumindo: 1) comportamento da massa; 2) elites acessíveis; 3) não-elites disponíveis.

Entende-se a massa como o aglomerado de “indivíduos que não se situam *subjetivamente* em nenhuma classe ou grupo social. Massa é a multidão de indivíduos atomizados, isolados e disponíveis”¹⁵. As massas teriam origem na

¹⁴. *Ib.*, p. 132.

¹⁵. Barbosa, Rubem, *op. cit.*, p. 12.

quebra de uma rotina, com todas as suas normas, valores e mecanismos de funcionamento, e desenvolveriam um comportamento típico: o móvel de sua ação se localizaria “em questões nacionais ou internacionais”, o que, para os teóricos da sociedade de massas, “leva à alienação, favorecendo a indefinição em relação à realidade próxima”; o modo de resposta seria direto, “não mediado por normas sociais ou grupos secundários”, resultando no “ativismo” e no “emprego da violência” (portanto, por definição, modo de resposta antidemocrático), ou alternativamente na apatia. Quando o ativismo é contínuo e organizado em torno de um programa, origina-se um movimento de massas, que pode ou não ser totalitário; a sociedade de massas caracteriza-se pela existência de muitos movimentos de massas, enquanto a sociedade totalitária tem apenas um movimento de massas.

Na sociedade de massas, as elites (entendidas como pessoas localizadas em, e responsáveis por, posições altas na estrutura social) seriam diretamente acessíveis à população, sem a intermediação dos grupos secundários, acessibilidade que se refere à influência sobre as elites e à sua escolha; o que a distingue, pois, da sociedade democrática é o modo de intervenção da população sobre as elites¹⁶.

O acesso direto às elites é visto como negativo, pois lhes retiraria qualquer proteção, “comprometendo sua capacidade de decisão e independência”. Além disso, as elites não assumiriam essa função através de uma competição democrática, mas “Os líderes são retirados da própria massa e, enquanto líderes, continuam com os mesmos valores da massa”¹⁷, adotando princípios populistas e sentimentos igualitários. A relação direta entre elites e massas resultaria na possibilidade de substituição das primeiras a qualquer momento, de sorte que a inexistência dos grupos intermediários é responsável pela instabilidade e diminuição do “leque de opções” dos grupos dirigentes,

¹⁶. *Ib.*, p. 13.

¹⁷. *Ib.*, p. 14.

resultando na fraqueza da liderança e do sistema de autoridade, e impedindo a construção do equilíbrio e da estabilidade sociais.

No totalitarismo, a inexistência daquele anteparo produziria o efeito oposto, isto é, as massas não teriam nenhum acesso às elites, mas estas se sobreporiam àquelas, que seriam, então, dominadas.

Na teoria da sociedade de massas, a existência e o comportamento dos indivíduos como massa, dada a ausência de laços imediatos com objetos próximos, seu isolamento objetivo e subjetivo, os tornaria disponíveis para a manipulação. O recurso a objetos remotos mascara aquele isolamento: sem vínculos próximos, os indivíduos procurariam uma nova comunidade, projetando-a no futuro (movimentos libertários), e as conseqüências podem ser o ativismo fundado em perspectivas utópicas (transformação da sociedade) ou a apatia. “A diferença entre a sociedade democrática e a sociedade de massas reside na existência ou não de laços ou interesses próximos” entre os indivíduos; e entre a sociedade de massas e a totalitária seria a existência, nesta última, de um único movimento de massas, e a necessidade de alimentar “um permanente ativismo a serviço das elites inacessíveis”¹⁸.

Na sociedade de massas, as funções que os grupos secundários, inexistentes ou inexpressivos, deveriam cumprir, são incorporadas pelo estado, o que implica em centralização, e portanto na vitória do estado no conflito entre este e o indivíduo¹⁹.

A sociedade de massas favoreceria a uniformidade cultural, enquanto a liberal-democracia, pela pluralidade dos grupos, geraria a diversidade cultural. “Em política, esta uniformidade ganha o nome de populismo.”²⁰ A uniformidade, nessas sociedades, seria valor desejável, e fluida; nas sociedades totalitárias, o comportamento seria também uniforme, mas fixo.

Como foi dito acima, a origem da sociedade de massas é relacionada,

¹⁸. *Ib.*, p. 15.

¹⁹. *Ib.*, p. 16.

²⁰. *Ib.*, p. 17.

nessa concepção, com uma ruptura, a quebra de uma rotina estabelecida; no processo de transição da sociedade tradicional para a moderna, o movimento ou a sociedade de massa poderia frustrar essa passagem, ou ser um caminho para ela. As massas seriam, assim, sempre personagens de crise.

O populismo, definido por referência aos elementos presentes no modelo de liberal-democracia, seria uma das formas dessa transição, forma atípica ou anormal, que se teria posto pela combinação de alguns dos tipos de crises (na autoridade, na comunidade, na sociedade e de eficácia), especialmente quando a transição ocorre a partir de um sistema de dominação autocrático.

Barbosa indica como origem da utilização da teoria da sociedade de massas e dos conceitos de populismo na América Latina os trabalhos de Gino Germani e Torquato Di Tella. Tomando por base os pontos comuns a ambos, resume os traços essenciais deste conceito, iniciando pela constatação de que as análises sobre o populismo evidenciam “uma dicotomia de modelos” - sociedade tradicional e sociedade moderna - “compostos por elementos contrários, mas cuja racionalidade é dada pela estrutura do modelo da sociedade moderna. /.../ A sociedade tradicional é construída, portanto, em oposição à sociedade moderna”²¹, isto é, à liberal-democrática; aquela é o começo da história, esta o fim.

O populismo seria uma forma de transição específica, cuja especificidade é dada pela comparação com a situação européia, considerada o modelo perfeito de transição. O “populismo, enquanto modelo, só se explicaria em sua relação com a liberal-democracia. O modelo do populismo é um segundo grau de abstração, /.../ pois é criado a partir de um modelo abstrato e formalizado. Por outro lado, sua especificidade é dada pela imperfeição, pela negatividade, pela incompletude. /.../ a verdade do populismo é o seu fim. Enquanto caminho ele é apenas imperfeição. Cria-se, assim, um círculo vicioso: os termos do modelo populista reforçam os elementos do paradigma e este, por sua vez, torna-se a

²¹. *Ib.*, p. 162.

razão de ser do populismo”²².

A transição da sociedade tradicional para a moderna teria por causa “um processo histórico aparentemente inexorável e universal, produzido pela crescente divisão de trabalho e independência das funções”, “irreversível e independente dos próprios homens”²³. Barbosa prossegue indicando que, “Uma vez em andamento, pelo sopro teórico dos autores, a história e a sociedade se mantêm em movimento por efeito das assincronias entre as partes da estrutura social”; é o que diferencia a transição latino-americana da européia, que é tida como sincrônica. Ou seja, novamente trata-se de tomar como paradigma o processo europeu: o recorte do objeto visado é dado pelo próprio modelo; o resultado desse tipo de comparação não poderia deixar de ser outro modelo, cuja referência básica é o modelo original, não a realidade; constrói-se “um modelo puramente descritivo, baseado nas diferenças do processo latino-americano e europeu, /.../ cujas premissas são exteriores ao próprio modelo”²⁴, reeditando-se o procedimento já verificado na construção do conceito de totalitarismo.

“No modelo populista, o populismo existe porque elas [as classes] não se transformam em personagens. Assim, a classe operária, inexperiente e recente, não consegue se articular politicamente nem gerar uma ideologia própria. Da mesma maneira as outras classes, reduzidas aos diversos estamentos. O movimento e a dinâmica da sociedade são dados, portanto, pelos indivíduos e pelos estamentos.”²⁵

O interesse classista cede seu lugar a uma visão de poder no âmbito da psicologia social e da ação individual, definida a partir da subjetividade; o jogo de poder é tratado como um jogo de barganha, “sem referência a um projeto de transformação social, de corte classista”²⁶.

As clivagens ideológicas são desconsideradas, e a ideologia é tratada

²². *Ib.*, p. 163.

²³. *Ib.*, p. 164.

²⁴. *Ib.*, p. 166.

²⁵. *Ib.*, p. 166.

²⁶. *Ib.*, p. 167.

como mero instrumento de manipulação. As elites querem apenas recuperar ou adquirir poder e para isso podem ou não ter um projeto de industrialização. Na América Latina, nenhum grupo teria sido capaz de articular um projeto global, de modo que “apenas as transformações parciais, provocadas pelo jogo de perde/ganha, mantêm o dinamismo do processo”; sem projeto, as “alianças espúrias” se tornariam “normais”. O populismo é definido como “local de coexistência de elementos tradicionais e modernos”²⁷.

As classes dominadas não existiriam enquanto tais, já que não se organizam enquanto classes, transformando-se, assim, em massa, indivíduos atomizados, isolados, sem disporem de instrumentos de intermediação ou identificação, porque as aspirações populares superam os meios de participação disponíveis na sociedade. A incapacidade das classes populares de criarem instrumentos de auto-identificação e organização autônomos é explicada por sua formação recente e inexperiência política e organizacional. Este aspecto “é fundamental para o modelo de populismo”. Decorre daí a aliança com elites reformistas, baseada no ódio à estrutura existente²⁸.

As massas disponíveis seriam apropriadas e manipuladas por elites disponíveis. Mas, a eficácia da manipulação exige que as massas tenham alguma participação, ou ilusão de participação. “O populismo seria uma forma imperfeita de participação dos estratos inferiores da sociedade”, representando, no entanto, “um crescimento desta participação, em relação à sociedade tradicional”²⁹.

Assim, Barbosa demonstra que é justamente “o fundamental do modelo paradigmático” (difusão do poder) que define o populismo, permitindo unificar sob este conceito “experiências tão diversas como o peronismo, o varguismo, o aprismo, o castrismo etc.”³⁰

²⁷. *Ib.*, pp. 168, 169.

²⁸. *Ib.*, p. 170.

²⁹. *Ib.*, p. 171.

³⁰. *Ib.*, p. 171.

Tal como na elaboração do conceito de totalitarismo, e certamente não por acaso, também aqui a unidade básica da análise é o indivíduo, despido de objetividade e aparecendo como a tradução imediata do “social”. “A análise permanece limitada ao nível aparente, centrada sobretudo nas manifestações políticas ostensivas.”³¹

Podemos, assim, verificar que o conceito de populismo é um modelo, construído a partir da comparação com outro (o da liberal-democracia) e da captação de alguns dados empíricos referentes à aparência do âmbito estritamente político, em detrimento dos demais.

Tal conceito elimina da análise as classes sociais, já que trabalha com a relação indivíduo-sociedade, indivíduo-estado, elite-massas. Isto implica em desconsiderar a base geradora das manifestações políticas, qual seja, o modo de produção, o modo particular de sua objetivação em cada país, o momento de seu desenvolvimento etc. Evidentemente, nada nos pode dizer a respeito da especificidade da burguesia, de suas várias frações, ou da classe operária. A consciência de classe é igualmente eliminada, uma vez que lida somente com a consciência individual, psicológica, subjetiva e não objetiva.

É exatamente tal conceito, com todos os seus pressupostos e desdobramentos, que preside a chamada “crítica do populismo” no Brasil.

Se assim é, essa crítica se exerce não sobre uma realidade, mas sobre um modelo que é tomado como realidade. Em outras palavras, o paradigma previamente dado é aplicado sobre a realidade, servindo de molde para captação de dados empíricos e de explicação. A crítica é exercida sobre o resultado dessa operação. Assim, o “populismo”, contra o qual se volta a crítica, não é uma realidade, mas um construto ideal.

Rubem Barbosa prossegue seu estudo destrinchando os trabalhos dos principais expoentes da teoria do populismo no Brasil. Dado que tal detalhamento escapa aos objetivos deste trabalho, limitamo-nos a aduzir, aqui, a

³¹. *Ib.*, p. 172a.

conclusão a que chega a respeito das tentativas, que identifica naqueles formuladores, de preencher as lacunas deixadas por aquele conceito: tais problemas não “podem ser resolvidos por uma espécie de reciclagem da teoria”, esta “possui limitações intrínsecas” que a incapacitam “para uma compreensão correta do processo de transição vivido pela sociedade brasileira”, “mesmo no nível do político”³².

Explica a origem destes limites pela tentativa dos sociólogos brasileiros de incorporar ao marxismo elementos oriundos da matriz liberal-democrática - a teoria da sociedade de massas e, a partir dela, as teorias latino-americanas sobre o populismo. Ao preservarem “problemas e elementos postulados a partir de uma perspectiva liberal”, fixaram, no interior do marxismo, “as limitações específicas da visão liberal democrática sobre o real”. Como resultado, “a indagação do porquê da inexistência da liberal-democracia entre nós acaba sendo o recorte final do objeto de análise. /.../ Esta questão acaba por dar sentido a uma forma específica de abordar o real, ou seja, acaba sendo a fonte de sentido do real analisado. /.../ numa inversão metodológica, a teoria ganha preeminência sobre o real”³³.

Em que pesem as diferenças entre as concepções de Rubem Barbosa e de J. Chasin, ambos convergem na demonstração de que a teoria do populismo, graças a seus pressupostos básicos, é incapaz de dar conta da realidade que pretende explicar, independentemente do quanto o conceito de populismo possa ser aperfeiçoado, refinado ou ampliado.

Buscando determinar as razões pelas quais a teoria do populismo, tal como havia sido formulada pela sociologia latino-americana, é desenvolvida no Brasil por individualidades que se apresentam como vinculadas aos trabalhadores, Chasin detecta como ponto de partida a crítica que, a partir da década de 60, começa a ser elaborada contra a atuação da esquerda tradicional,

³². *Ib.*, p. 174.

³³. *Ib.*, p. 175.

especialmente, mas não exclusivamente, ao PCB: “Às vésperas da intervenção militar, espreado-se depois com grande desenvoltura, brotou restritamente uma atitude de inconformismo e repulsa à prática política da esquerda tradicional, cuja fórmula de atuação estava centrada sobre a celeberrima *aliança de classes*, que /.../ redundava sempre pela condução do PCB numa política conciliadora e caudatária”³⁴.

“A reação de caráter eminentemente prático” reclama a falta de “radicalidade do movimento operário, entendida como embotamento resultante da subserviência dos comunistas à burguesia e seus governos. Desse modo e num movimento crítico pouco matizado, o *direitismo* do PCB é identificado à *política de frente* e, curto-circuitando as mediações, o combate aos então chamados *desvios de direita* se reduz praticamente à excomunhão das *alianças políticas* em geral. Tudo parece se dar por um anseio legítimo, ainda que confuso e teoricamente desamparado, de maior e adequada radicalidade, e sempre por invocação genérica à dinâmica própria da classe trabalhadora”³⁵. Tratava-se inicialmente, pois, de superar a atuação pecebista, recuperando os verdadeiros caminhos revolucionários. Mais adiante, já após o golpe militar de 64, surgem os primeiros textos teóricos, que passam a pretender “constituir o desenho teórico do caso brasileiro”. Daí, surge produção complexa e numerosa, com diversas modulações e vertentes, que se tornou o arcabouço dominante da reflexão nacional.

O desenvolvimento teórico dessa reação deu-se pela assimilação das concepções que expusemos acima, implicando o distanciamento do universo marxista e reconfigurando a característica que possuía em suas origens prático-políticas. “De tal sorte que, no quarto de século compreendido pelo processo, uma questão prático-política - que só tem sentido real na esfera das indagações marxistas, paulatinamente ganhou por resposta uma equação teórica divorciada

³⁴. Chasin, J., “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, in *Ensaio* nº 17/18, SP, Ensaio, 1989, p. 72.

³⁵. *Ib.*, p. 72.

do pensamento marxiano.”³⁶ Mas não renunciou à prática política, nem, durante longo tempo, à aura marxista, o que gerou inúmeras confusões.

Chasin continua sua análise afirmando que “a teoria do populismo nasceu como a própria encarnação do espírito que operou rusticamente a identificação entre os atrelamentos caudatários do PCB e as equações táticas do frentismo ou coalizões partidárias”, entendidas como “crime contra a independência e as perspectivas dos trabalhadores, embaídos que eram no seu absorvimento às rotas de afirmação do capital industrial”³⁷.

Em um andamento analítico que converge, em vários pontos, com aquele desenvolvido por Barbosa, Chasin mostra que, em suas origens, a teoria do populismo teve pretensões históricas, quais sejam, explicar o desenvolvimento brasileiro de 30 a 64, numa “interpretação, ademais, que se apresentava como forjada pelo prisma da *radicalidade proletária*, cujo teor político supunha resgatar assim da diluição de classes, cuja promoção era feita, segundo a análise, pela *política de massas* da burguesia industrial ascendente. Em verdade, a teoria do populismo tentava explicar o trânsito do país agro-exportador à sua fisionomia urbano-industrial, munida de um traçado conceitual bastante próximo ao que era empregado no período anterior, isto é, de um punhado de noções marxistas tomadas em sua pura expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos-ideais”³⁸.

Determinando o período 30/64 como de desenvolvimento do capitalismo industrial, depara-se com a inexistência de hegemonia da burguesia industrial, que divide o poder, inclusive com seus adversários derrotados em 30. Neste quadro, dá-se o advento da política de massas, em que estas exercem funções reais, porém subalternas. “E com isso é dado por configurada o que com certa

³⁶. *Ib.*, p. 73.

³⁷. *Ib.*, p. 79.

³⁸. *Ib.*, p. 80.

pompa recebe a denominação de *democracia populista*”³⁹.

A especificidade do populismo é determinada como “uma forma de dominação no contexto de um *vazio de poder*”⁴⁰, associando-o à crise da hegemonia oligárquica do pré-30, e sustentando que o populismo é também a época de fortalecimento do poder executivo, na qual o estado exerce funções econômicas importantes.

O impasse caracterizado como “vazio político” é resolvido pelo advento das massas, que legitimam aqueles que mais sejam receptivos às suas reivindicações. Vargas ter-se-ia apropriado de tal possibilidade de legitimação, transferindo-a para o estado, num processo de transferência de carisma. Dessa forma, o estado, autonomizado pelo vazio político e pela legitimação das massas, se torna árbitro na situação de compromisso.

No entanto, no interior das análises sobre o populismo o significado do estado “é dado pela ausência de um projeto classista”, pois é “o espelhamento da inexistência deste projeto”⁴¹. Nesse quadro, sua ação passa a ser uma sucessão de respostas tópicas às pressões das várias frações das classes em transação.

Em outras palavras, a questão da classe e da luta de classes, numa suposta crise de hegemonia, subordina-se ao aparente jogo de pressões imediatas. A afirmação da autonomia do estado é sustentada pela destruição dos mecanismos parlamentares de intermediação das relações elite/estado, e o corporativismo é o instrumento de manutenção do compromisso. A ênfase recai sobre o autoritarismo, visto da perspectiva liberal.

O populismo está associado ao processo de industrialização no Brasil, mas este “decorreria de pressões eventuais da burguesia industrial sobre o estado, que, através das políticas cambiais, propiciaria a industrialização por substituição de importações, possível, não a partir de um projeto elaborado, mas

³⁹. *Ib.*, p. 80.

⁴⁰. *Ib.*, p. 80.

⁴¹. Barbosa, Rubem, *op. cit.*, p. 182.

em função de crises do mercado internacional. Não é por acaso que nesse contexto teórico a industrialização seja explicada como ‘inesperada’ ou ‘espontânea’⁴².

Quanto à classe dominada, a teoria do populismo considera que, “em virtude de seu estágio ‘de formação’, a classe operária e os assalariados de forma geral não teriam conseguido se organizar enquanto classe, adotando um comportamento de massa”⁴³; como tal, as relações individuais ganham preeminência, ocultando o conteúdo classista.

A “crítica do populismo” brasileira reedita “o procedimento liberal de eliminação das classes do horizonte teórico”⁴⁴. Segundo a “crítica do populismo”, as massas pressionaram na direção da participação no estado, do consumo e da ampliação de empregos: aspirações da cidadania e diminuição das desigualdades sociais. Como não estabelecem estes objetivos de uma perspectiva classista, teria sido possível a instauração do populismo - uma resposta a estas reivindicações que mascara o estado como dominação e oculta o nexo entre o consumo e a produção. Atendendo-as em suas reivindicações, a política populista incorporaria politicamente as massas, impedindo que se tornassem classes.

Os indivíduos, na massa, não perceberiam a necessidade de uma organização, pois suas perspectivas se esgotam nos limites individuais; por isso a única forma de unidade consistiria na figura do líder, que representa diretamente cada um deles. Para a análise do populismo, a relação direta estabelecida entre o líder e a massa é uma relação de manipulação, que se daria através da apropriação pelo líder de aspirações das massas urbanas, atendendo-as na forma de doação. O mecanismo se completaria com a transferência de carisma efetuada pelo líder em favor do estado, possível porque a doação passou a ser função do estado. Nessa medida, este último apareceria como instrumento

⁴². *Ib.*, p. 183.

⁴³. *Ib.*, p. 184.

⁴⁴. Barbosa, Rubem, *op. cit.*, p. 186.

de defesa e de participação das massas. Nessa posição do estado estaria a raiz da “ideologia de estado”, do fascínio exercido sobre as classes populares e a esquerda. “A corroboração desse fascínio /.../ seria a ideologia nacionalista - a corporificação ideológica máxima do populismo -, sustentada na crença de um desenvolvimento comandado pelo estado e cujo objetivo final seria o ‘povo’ brasileiro na sua totalidade”⁴⁵.

Esse é o pano de fundo através do qual “a teoria do populismo assenta a base e o contorno de suas teses mais caras. Operando simplesmente com universais, que supõe de extração marxista, e querendo ser, de início, a consciência teórica da imanente radicalidade operária, a teoria do populismo fica às voltas com a ‘anomalia’ do quadro brasileiro. Se a burguesia industrial, por sua fraqueza, tem de admitir o condomínio do poder, um poder afinal que é um *vácuo político*, e mesmo assim a radicalidade proletária não se manifesta, há de ser porque está em curso uma *grande artimanha*. De fato, para a teoria do populismo, a democracia, o partido e o líder populistas são /.../ o feiticeiro nefasto, que executa a mágica insuperável de atar as massas aos setores dominantes. Isto é, no quadro das hegemonias impossíveis, acabam por ser as massas, uma vez que reconhecem a dominação constituída, as responsáveis pela sustentação do *status quo* dominante”⁴⁶. Rubem Barbosa detalha esse problema, mostrando que, para as análises do populismo, na ausência de um projeto “de cima”, as relações difusas entre os líderes populistas e a massa desempenham um papel fundamental para manter o regime instaurado em 30, pois seriam responsáveis pelo consenso necessário para equilibrar a ação repressiva do estado e ocultar as formas de dominação. Nessa concepção, os líderes populistas preenchem o espaço deixado pelas organizações independentes, impedindo a reorganização “de baixo” e servindo de canal entre classes dominantes e dominadas - em outros termos, os líderes populistas são os autores do “ardil” da

⁴⁵. *Ib.*, pp. 188-189.

⁴⁶. Chasin, J., “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, *op. cit.*, pp. 80-81.

burguesia. Sua presença aprofunda a “perda de memória histórica”. Graças a seu papel, alguns líderes se tornam politicamente importantes e ocupam a posição de árbitros do compromisso entre as classes dominantes, que aceitam a arbitragem graças ao impasse em que vivem. Vargas se apropria dessa função; daí ser considerado o “substituto” da classe dominante, pelo seu papel na manutenção do compromisso e pelas suas relações com as massas urbanas.

Afirma-se, assim, que o populismo obscurece a “divisão real da sociedade em classes, no lugar das quais é entronada a entidade de povo ou nação, significando comunhão de interesses ou a solidariedade própria das comunidades. Essa notável constatação só não é ainda mais brilhante porque deixou de esclarecer em que sob tal acepção o populismo, em última análise, se diferencia da forma em geral da dominação capitalista”⁴⁷.

Mas o êxito do ardil só teria ocorrido graças à disposição da esquerda em se aliar a Vargas e ao estado. A forma dual do movimento operário, principalmente após o suicídio do político gaúcho, teria sido a forma adequada para buscar um ponto de convergência entre a influência de Vargas e a da esquerda. Esta experiência possibilitou a aliança esquerda-populismo; através das “organizações paralelas”, a esquerda teria dinamizado o sindicalismo oficial, de modo que a ação do operariado se manteria nos limites da subordinação aos interesses do governo e do estado, diminuindo suas possibilidades de autonomia e independência.

Assim, como mostra Chasin, é a partir dessa concepção do populismo como “ardil” que a teoria do populismo lida com as preocupações que lhe deram origem, especialmente a crítica à esquerda tradicional: “Porém, se a *grande artimanha* insubsiste à crítica enquanto explicação histórica, é para a teoria do populismo o andaime suficiente para lidar com seu grande propósito: a falta de compostura da esquerda tradicional e a necessidade de resgatar a radicalidade

⁴⁷. *Ib.*, p. 81.

espontânea dos trabalhadores”⁴⁸.

Para a teoria do populismo, a possibilidade de autonomia e independência estava estruturalmente presente, dada a crise de hegemonia da classe dominante, mas a esquerda não soube concretizá-la, encaminhando-se para uma estratégia de aliança com a burguesia nacionalista.

Para as análises do populismo, do ponto de vista da autonomia da classe trabalhadora, a aliança com setores populares através da dinamização do sindicalismo oficial foi nefasta - buscava-se somente mais liberdade na estrutura sindical existente, para servir aos interesses políticos do governo. Barbosa mostra que, de acordo com a teoria do populismo, os sindicatos oficiais, além de instrumentos de dominação, deslocam sua ação das reivindicações econômicas para uma luta política que não beneficiava o operariado, ao contrário, eliminava a possibilidade de constituição de sua solidariedade corporativa, primeiro passo para a organização política independente e aquisição da consciência de classe. Esta distorção do papel dos sindicatos teria se transformado em controle das reivindicações econômicas “de baixo” para evitar a desestabilização das alianças estabelecidas.

Nesse quadro, a incapacidade da esquerda de representar interesses reais do operariado faz com que as alianças com setores populistas apareçam como estratégia de fortalecimento para aumentar seu peso político. Desse modo, põe-se na órbita do compromisso que sustentava a classe dominante. A ideologia nacionalista representaria o cimento da aliança, impedindo a recuperação da questão de classe. O nacionalismo seria a corporificação política da “ideologia de estado”, obscurecendo o sentido classista do próprio estado. A esquerda passaria a ser uma variável de um jogo político que não controlava, confirmando sua incapacidade de representar interesses “de baixo”.

“Seu diagnóstico é, desde logo, claro e taxativo: não apenas as massas, despreparadas em sua inexperiência, mas a própria esquerda foi aprisionada

⁴⁸. *Ib.*, p. 81.

pelo ardil do populismo, tornando-se incapaz de converter a *política de massas* em *política de classes*. Ou seja, não ofereceu uma formulação alternativa ao populismo, em consonância com o potencial revolucionário, que supostamente estava contido no quadro histórico-estrutural. Numa palavra, o que é reclamado, não sem razão, é o *caminho próprio* da esquerda, mas na desrazão do mero pressuposto genérico de que a revolução é possível. /.../ Dito de outro modo, a análise histórica da teoria do populismo não desvendou, à semelhança das fórmulas e procedimentos de esquerda que ela tem por cerne criticar, o veio das transformações que conduzam a formação brasileira para além do quadro humano-societário do capital.”⁴⁹ Limitou-se a reafirmar o princípio da independência política do movimento operário, e isso de modo genérico e formal.

A alternativa que a crítica do populismo descobre para a construção da autonomia e independência do operariado é a transformação das premissas apontadas em normas para a ação. Assim, uma vez que o político se encontra apropriado pelas frações dominantes, caberia à classe operária retirar-se dessa arena, isolando-se na sua realidade concreta, localizada no plano da sociedade civil. Essa seria a condição para sua independência. Uma vez reorganizado, o proletariado se relançaria na competição pelo campo formal do político, buscando orientar seu funcionamento para os interesses “de baixo”.

O “ponto nevrálgico” da teoria do populismo é a crítica à *política de aliança de classes*, na qual vê concentrados todos os males, “desvendando-a” como “*política de aliança de contrários*”. “Eis que o *ardil populista* é decifrado como o pecado capital da *aliança de contrários*. O que nada mais significa que o pecado da aliança é o inverso da virtude da independência de classe. Redundando, na generalidade em que a fórmula é estabelecida e sustentada, que a política virtuosa é a arte e a vontade do isolamento.”⁵⁰

⁴⁹. *Ib.*, pp. 81-82.

⁵⁰. *Ib.*, p. 82.

Em todo esse quadro, é possível ver claramente que, na tentativa de responder a uma questão que se põe no âmbito da perspectiva do trabalho, a teoria do populismo, sucumbindo à ideologia liberal, procurou respostas no âmbito da perspectiva do capital. O que, evidentemente, significa que não só não responde à pergunta inicial, como de fato a abandona, reduzindo sua discussão aos mesmos limites gerais aos quais se viu presa a esquerda tradicional, embora não da mesma forma. Bastante significativa deste abandono é a afirmação, mais atrás referida, de que um dos fundamentos dos erros da esquerda tradicional é sua concepção meramente instrumental da democracia. Ou seja, para a teoria do populismo a conquista da democracia, entendida nos moldes da visão liberal, torna-se o objetivo a ser buscado, o horizonte máximo visualizado, e que serve de medida para a avaliação do passado e do presente.

Assim, considerando que “Independência política de classe não é um mero lema, nem mesmo a vácuca reafirmação abstrata de um princípio, mas a construção complexa da própria independência, que é encarnação de autonomia teórica, ideológica e orgânica, bem como talento e capacidades práticas de múltiplas qualidades e dimensões, sustentadas por militância lúcida e numerosa, irradiada por todos os poros da sociedade. A esquerda pré-64 obviamente não detinha tudo isso, nem muito menos. Por que a esquerda não se materializava dessa forma e continua a não se materializar é a verdadeira questão, sobre a qual a teoria do populismo não teve nem tem uma palavra a dizer”⁵¹.

De sorte que os teóricos do populismo, além de não responderem à questão que originou aquela teoria, no Brasil - por que a esquerda tradicional se manteve subordinada e a reboque de interesses do capital - ainda recaem na mesma esfera, ao tomar como parâmetro para suas análises e propostas de ação a visão liberal, o que põe no horizonte, não a superação do capital, mas a consecução da democracia, e mesmo esta entendida nos limites mais estreitos (porque formais) da concepção liberal de democracia.

⁵¹. *Ib.*, p. 83.

“Enquanto a esquerda tradicional ficou travada entre o *revolucionarismo abstrato* e o *ativismo caudatário*, a nova esquerda vem-se afogando no maniqueísmo entre *democratismo* e *autoritarismo*. Ambas necrófilas do *corpus liberal*, dado que, entre o *reboquismo* da primeira e o *participacionismo* da segunda, a diferença teórica e ideológica que as separa não é de natureza, e é muito menor do que supõem seus acólitos e leva a crer, à primeira vista, a ferocidade de suas disputas.”⁵²

Se a esquerda tradicional apostou na completude econômica do capital atrofado, a nova esquerda vem apostando em sua completude política, vista independentemente da primeira: “Ao *reboquismo* corresponde a fé na conclusibilidade do capital inconclusível, do mesmo modo que ao *participacionismo* corresponde a fé na totalização do poder liberal ininstaurado e ininstaurável”⁵³. Enquanto a esquerda tradicional pretende que estejam presentes na burguesia brasileira as virtualidades econômicas da burguesia clássica, a nova esquerda pretende a presença das virtualidades políticas daquela, isto é, pretende que a instauração da democracia burguesa clássica, a democracia liberal, fundada na soberania do povo, seja uma virtualidade de todas as formações sociais capitalistas, independentemente de sua forma específica de objetivação, uma vez que, assumindo o ideário liberal, considera a *vontade* como a categoria central a partir da qual seria possível estabelecer a democracia. O que a põe no âmago do politicismo, já que, para esta concepção, o político aparece como autônomo e, ainda, como determinante das condições sociais concretas, numa inversão que é, mais uma vez, própria da ideologia burguesa. O politicismo leva, assim, ao participacionismo.

“Da mesma forma que *economicismo* e *politicismo* são degenerações, respectivamente, da *luta econômica* e da *luta política*, o *participacionismo* é a *participação degenerada*. Nas três a constante é a atrofia da consciência. Ao

⁵². Chasin, J., “A Esquerda e a Nova República”, in *Ensaio* nº 14, SP, Ensaio, 1985, p. XII.

⁵³. *Ib.*, p. XII.

primeiro falta o sentido do poder; ao segundo, o sentido da determinabilidade da produção e reprodução da entificação social; ao terceiro, o sentido da própria consciência. Do primeiro ao terceiro vai a linha descendente do espontâneo ao espontaneísmo, redundando na concepção declinante da política como mera volição ou invenção. /.../ Assim, se a esquerda tradicional cevou sua nominalidade porque encarou o matrizarmento econômico pela ponta errada, a nova esquerda erra e desencarna porque desencara todas as pontas daquela matriz.”⁵⁴

De modo que a exigência de retomar a radicalidade operária, abandonada pela esquerda tradicional, acaba por se reduzir, na subsunção ao ideário liberal, à defesa do proletariado tal como existe no interior da sociedade capitalista, ou seja, ao invés da defesa da perspectiva de emancipação humana centrada no trabalho, que exige e impõe a abolição de todas as classes, obviamente, portanto, também do proletariado, a nova esquerda se limita a defender a classe operária enquanto tal, o que implica defender sua continuidade - portanto, também a continuidade da burguesia e do capital.

A submissão a tal perspectiva aparece claramente na “crítica do populismo” que teria caracterizado o período 30/64, e a cujo “ardil” a esquerda teria sucumbido. Modelo construído sobre bases teóricas e ideológicas liberais, a “crítica do populismo” só pode se pôr no mesmo diapasão, visualizando como “solução” a instauração da democracia liberal.

⁵⁴. *Ib.*, p. XII e XIII.

* Texto produzido originalmente como parte da dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - UNICAMP, 1999.